



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2012, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1ª Parte

Audição do Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência, na sequência de requerimento do PCP

#### 2ª Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 101/XII, relativa à reunião de 28 de novembro
2. Apreciação e votação do requerimento do PS para a realização de um conjunto de audições sobre a reprivatização da TAP
3. Apreciação e votação do requerimento do PS para a realização de um conjunto de audições sobre a privatização da ANA
4. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 85/XII/1.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam
5. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 474/XII/2.ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para apoiar com fundos comunitários o projeto de requalificação do Mercado do Bolhão

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição da União Europeia no Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio no que diz respeito à adesão da República Democrática Popular do Laos à Organização Mundial do Comércio [COM(2012)534]

Relatora: Deputada Catarina Martins (BE)

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros que são Partes Contratantes na Convenção de Viena de 21 de maio de 1963 relativa à responsabilidade civil em matéria de danos nucleares («Convenção de Viena») a ratificarem o Protocolo que altera a referida Convenção ou a aderirem ao mesmo no interesse da União Europeia [COM(2012)550]

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

9. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que institui um sistema comunitário de registo dos transportadores de materiais radioativos [COM(2012)561]

Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

10. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 83/XII/1.ª (GOV) - Aprova os regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e de certificação das respetivas entidades formadoras

11. Fixação da relação final relativa à Proposta de Lei n.º 94/XII/1.ª (GOV) - Simplifica o acesso à atividade transitória e ao transporte em táxi, através da eliminação dos requisitos de idoneidade e de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, e ao transporte coletivo de crianças, através da eliminação dos requisitos de capacidade técnica ou



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

profissional dos responsáveis das empresas, alterando o Decreto-lei n.º 251/98, de 11 de agosto, o Decreto-lei n.º 255/99, de 7 julho, e a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

12. Nomeação de Deputado para elaboração do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 112/XII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo.

13. Outros assuntos

---

1ª Parte

#### **Audição do Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência, na sequência de requerimento do PCP**

O Senhor Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas começou por dar as boas-vindas ao Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC) e referir que a audição se realizava no âmbito do [requerimento](#) apresentado pelo PCP e que, para memória futura, a sessão encontrava-se a ser gravada. Em seguida, informou que na véspera, à noite, a Comissão tinha recebido, via correio eletrónico, e oriunda do Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade a publicação contendo os Relatórios de Atividades e de Gestão e Contas da AdC, de 2011.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

De acordo com a metodologia regulamentarmente aprovada, foi conferida a palavra à mencionada entidade que interveio para apresentar dois pontos prévios. Primeiro, para dizer que os Relatórios de Atividades de 2010 e 2011 tinham sido remetidos ao Governo, em tempo útil, para efeito de aprovação e posterior envio à Assembleia da República, no cumprimento da legislação em vigor. Contudo, atualmente, com a nova Lei da Concorrência (Lei nº 19/2012, de 8 de maio) o processo torna-se mais simples, uma vez que após a entrega dos relatórios ao Governo, este terá este 3 meses para se pronunciar. Caso contrário, a AdC procede à sua divulgação, porque será considerada tácita a aprovação.

No segundo ponto, mencionou que, em 2009, a Assembleia da República tinha solicitado à AdC a realização de uma análise sobre o setor da cortiça. Nesse contexto, tinham sido confrontados com uma realidade existente nos setores da economia portuguesa relativa à de descontinuidade de dados estatísticos. A função estatística que residia nos Ministérios, por força dos cortes orçamentais, tem vindo a ser abandonada. Esta situação verificou-se nos casos da grande distribuição e da cortiça. Apesar disso, o relatório resultante daquela análise tinha sido finalizado na passada semana.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Lopes (PCP), Basílio Horta (PS), Nuno Serra (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Ana Drago (BE), tendo o Senhor Presidente da AdC usado da palavra, individualmente após cada intervenção, para responder às questões colocadas.

Na segunda ronda, após terem intervindo os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Nuno Serra (PSD) e Agostinho Lopes (PCP), a entidade presente procedeu às respostas, em conjunto.

A terceira ronda contou com as intervenções dos Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Nuno Serra (PSD), Agostinho Lopes (PCP) e Presidente da Comissão, a quem, no final, aquela entidade deu resposta às questões apresentadas.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

A terminar, o Senhor Presidente agradeceu as informações e esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da AdC.

2<sup>a</sup> Parte

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 101/XII, relativa à reunião de 28 de novembro**

Neste ponto da ordem do dia, a ata n.º 101/XII/2.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 28 de novembro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento do PS para a realização de um conjunto de audições sobre a reprivatização da TAP**

Tendo sido consensualizado, os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos foram objeto de apreciação e votação conjunta.

Sobre os dois pontos mencionados intervieram os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Ana Drago (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Agostinho Lopes (PCP).

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) começou por referir que o PS respeitava o compromisso político assumido nesta matéria, constante do Memorando da Troika. Na ausência da regulamentação da lei-quadro das privatizações, no que se refere à defesa dos interesses estratégicos nacionais, e carecendo de maior escrutínio por parte da Assembleia da República, pugnava pela suspensão do processo em apreciação.

Acrescia que, decorrendo este com falta de transparência e de rigor relativamente às regras e à aprovação do caderno de encargos, à ausência de diálogo institucional e social, à necessidade de melhor avaliar as matérias referentes às infraestruturas aeroportuárias e às taxas, cumpria à Comissão realizar o seu aprofundamento.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

Atendendo ao exposto, justificava-se a defesa da suspensão do processo e no caso em apreço considerava que, nos casos em que propunha a audição de uma entidade para os dois processos, poderia fazer-se uma só audição.

No uso da palavra, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) referiu que os grupos parlamentares representantes da maioria encontravam-se disponíveis para viabilizar os requerimentos em apreciação, com a introdução de alterações de melhoria.

Lembrava que a substância política da matéria residia no facto de o PS se ter pronunciado desfavoravelmente sobre a privatização mas evocava que o Memorando da Troika tinha apostado a sua assinatura.

Recordava também que o caderno de encargos relativo à TAP continha a salvaguarda do interesse de Portugal, podendo o Estado reverter para o domínio público, caso os requisitos não viessem a ser cumpridos.

No essencial, concordava com o objetivo apresentado nos requerimentos do PS, sugerindo a substituição da audição dos conselhos de administração de ambas as entidades pela audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) interveio, manifestando a sua satisfação pela posição tomada pelo PSD, mas alertava para a urgência da realização das mencionadas audições, para as quais o BE estaria disponível em qualquer dia e hora.

O CDS-PP, através do Senhor Deputado Hélder Amaral, concordou com a realização das audições e solicitou ao PS que indicasse a entidade a ser ouvida, do setor do turismo.

Em seguida, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) começou por referir que os processos de privatização da TAP e da ANA constituíam um crime económico. O problema não consistia no processo, mas na sua concretização.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) interveio para sintetizar alguns dos pontos enunciados nas intervenções anteriores relativamente à introdução de alterações às entidades mencionadas nos requerimentos.

No final, o Senhor Presidente interveio para dar conta do que ficou estabelecido:

Entidades dos requerimentos relativos à TAP e ANA, a ouvir conjuntamente:

Secretária de Estado do Tesouro;

Presidente do Tribunal de Contas;

Comissão de Acompanhamento da Privatização;

Representantes dos Trabalhadores (Sindicatos e Comissão de Trabalhadores);

Proposta do Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD): Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em vez dos Conselhos de Administração apresentados requeridos pelo PS.

Entidade a ouvir no âmbito do requerimento referente à TAP: Confederação de Turismo Português.

Submetidos à votação, os requerimentos apresentados pelo PS sobre a realização de um conjunto de audições sobre a reprivatização da TAP e da privatização da ANA foram aprovados por unanimidade, com as alterações acima mencionadas, registando-se a ausência do PEV.

### **3. Apreciação e votação do requerimento do PS para a realização de um conjunto de audições sobre a privatização da ANA**

Tendo sido consensualizado, os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos foram objeto de apreciação e votação conjunta.

Submetidos à votação, os requerimentos apresentados pelo PS sobre a realização de um conjunto de audições sobre a reprivatização da TAP e da reprivatização da ANA foram aprovados por unanimidade, com as alterações acima mencionadas, registando-se a ausência do PEV.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

**4. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 85/XII/1.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam**

A apreciação e votação da iniciativa em epígrafe constam do relatório de votações que pode ser consultado na seguinte ligação:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37183>

**5. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno**

A apreciação e votação da iniciativa em epígrafe constam do relatório de votações que pode ser consultado na seguinte ligação:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37209>

**6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 474/XII/2.ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para apoiar com fundos comunitários o projeto de requalificação do Mercado do Bolhão**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião ordinária seguinte

**7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição da União Europeia no Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio no que diz respeito à adesão da República Democrática Popular do Laos à Organização Mundial do Comércio [COM(2012)534]**



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL**

**Relatora: Deputada Catarina Martins (BE)**

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

**8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros que são Partes Contratantes na Convenção de Viena de 21 de maio de 1963 relativa à responsabilidade civil em matéria de danos nucleares («Convenção de Viena») a ratificarem o Protocolo que altera a referida Convenção ou a aderirem ao mesmo no interesse da União Europeia [COM(2012)550]**

**Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

**9. apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que institui um sistema comunitário de registo dos transportadores de materiais radioativos [COM(2012)561]**

**Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)**

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião ordinária seguinte

**10. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 83/XII/1.ª (GOV) - Aprova os regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e de certificação das respetivas entidades formadoras**

Não tendo havido votos contra, foi fixada a redação final relativa à Proposta de Lei n.º 83/XII/1ª (GOV), registando-se a ausência do BE e do PEV.

**11. Fixação da relação final relativa à Proposta de Lei n.º 94/XII/1.ª (GOV) - Simplifica o acesso à atividade transitória e ao transporte em táxi, através da eliminação dos requisitos de idoneidade e de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, e ao transporte coletivo de crianças, através da eliminação dos requisitos de capacidade técnica ou**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

**profissional dos responsáveis das empresas, alterando o Decreto-lei n.º 251/98, de 11 de agosto, o Decreto-lei n.º 255/99, de 7 julho, e a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno**

Não tendo havido votos contra, foi fixada a redação final relativa à Proposta de Lei n.º 94/XII/1ª (GOV), registando-se a ausência do BE e do PEV.

**12. Nomeação de Deputado para elaboração do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 112/XII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo.**

De acordo com a grelha de distribuição de iniciativas legislativas, a elaboração deste parecer compete ao grupo parlamentar do BE, pelo que o seu coordenador informou que mais tarde indicaria o nome do Deputado autor do parecer.

O Senhor Presidente informou os Deputados que, a propósito desta iniciativa, havia um conflito positivo de competências entre a 5.ª e a 6.ª Comissões, pois, depois de a Senhora Presidente da Assembleia da República ter despachado no sentido de a 6.ª Comissão ser a competente para apreciação desta iniciativa, o Presidente da 5.ª Comissão, por ofício, solicitou a reapreciação do despacho, tendo a Senhora Presidente da Assembleia da República alterado o seu despacho em favor dos argumentos expostos pelo Presidente da 5.ª Comissão. Enquanto Presidente da 6.ª Comissão, tinha expressada discordância da alteração do despacho, aguardando-se agora decisão final da Senhora Presidente da Assembleia da República.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL**

Pronunciaram-se a este respeito os Deputados Paulo Baptista Santos (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) e Hortense Martins (PS), para corroborar a posição do Senhor Presidente.

#### **13. Outros assuntos**

A reunião foi encerrada às 13:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2012.

**O PRESIDENTE**

**LUÍS CAMPOS FERREIRA**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Agostinho Lopes  
Ana Drago  
Ana Paula Vitorino  
Carina Oliveira  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Batista Santos  
Paulo Ribeiro de Campos  
Rui Paulo Figueiredo  
Afonso Oliveira  
Basílio Horta  
Cristóvão Crespo  
Nuno Serra  
Paulo Cavaleiro  
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Luís Menezes  
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: